



PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2017

PROCESSO Nº 9307/2016

DATA DA REALIZAÇÃO: 21/11/2017

HORÁRIO: 09:30hs.

LOCAL: Rua Marques da Cruz, nº 61 - Centro - São Pedro da Aldeia - RJ.

O Município de São Pedro da Aldeia, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria SECAD nº 187, de 09 de Maio de 2017. O **SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 82 da Lei Orgânica do Município combinado com o disposto no art. 1º do **Decreto nº. 154 de 29 de novembro de 2013** torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL pelo regime de execução de empreitada por preço unitário, pelo critério de julgamento do tipo menor preço por item, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

SECRETARIA INTERESSADA: Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento.

O procedimento licitatório que dele resultar, será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ¹obedecerá integralmente o Decreto 100, de 18 de agosto de 2006, que regulamenta a modalidade Pregão no Município de São Pedro da Aldeia – RJ, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante, nas seguintes condições:

RETIRADA DO EDITAL: este Edital poderá ser retirado de 31/10/2017 a 17/11/2017, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, das 09:00 às 17:00h.

CREDENCIAMENTO: o Credenciamento dos representantes das empresas interessadas em participar da licitação será realizado a partir das 09:30 horas, do dia 21/11/2017.

SESSÃO PÚBLICA: a sessão pública, para o recebimento dos envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇO e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO será às 09:30, e a abertura dos invólucros com as propostas de que trata a alínea acima será às 09:35 horas, do dia 21/11/2017. Local: Rua Marques da Cruz, nº 61 – Centro – São Pedro da Aldeia – RJ.

I - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a aquisição de Boné tactel, calça camuflada, cambão retrátil, camiseta básica, cinto tático, cinto de guarnição, coturno tático, gandola camuflada, mochila flexível, refil para respirador, respirador reutilizáveis semifacial, Computador, Impressora e No Break, conforme termo de referência e especificações em anexo ao Edital.

anexo do Edital.





II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1 A despesa decorrente da execução da presente licitação correrá à conta dos recursos aprovados para o exercício do ano de 2017; dotação: 160000181220011752103 e 160000181220011752103 elemento de despesa: 3390309900 e 4490529900 ficha: 522 e 528, da Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento.
- 2.2 O valor global estimado é de R\$ 20.370,25 (vinte mil, trezentos e setenta reais e vinte e cinco centavos).

III - DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Somente poderão participar da presente licitação as empresas que, legalmente constituídas, comprovarem possuir em seu contrato social, objetivo pertinente ao objeto licitado, demonstrando ainda ter habilitação, qualificação técnica, econômica, financeira, regularidade fiscal, e que atenda a todas as condições e exigências deste Edital, devendo apresentar documentação e proposta que atendam integralmente o seu objeto, **ficando vedada à participação daquelas que:**
- A) Suspensos temporariamente pela Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- B) Incursos na pena do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.
- C) Estejam sob falência declarada, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- D) As declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, nos níveis federal, estadual ou municipal;
- E) Sejam estrangeiras, exceto quando ocorrer o atendimento ao disposto no inciso V, do art. 28, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações;
- F) Que estejam incursas numa das hipóteses previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;
- G) Empresas reunidas em Consórcio;
- G.1) A não participação de Consórcios se faz devido à natureza do material e ao valor a ser contratado;
- H) Os concordatários;
- I) Propostas com valor global superior ao limite estabelecido e praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, conforme (Art. 48, inciso II) da Lei Federal nº 8666/93.





3.2 - As Licitantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente Licitação e dos locais onde serão executados os serviços / fornecimento de materiais, devendo verificar as condições atuais e saber das condições futuras previstas, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do Contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

IV - DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 O Credenciamento é condição obrigatória para participação na fase de lances deste pregão, devendo os interessados apresentar, ao pregoeiro, os seguintes documentos:
 - a) Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
 - b) Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 4.2 O representante legal ou procurador deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 4.3 Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciada, podendo cada um representar apenas uma empresa.
- 4.4 Os licitantes deverão credenciar seus representantes legais mediante a apresentação de termo redigido em conformidade com as informações solicitadas no modelo de credenciamento **Anexo III** ao presente Edital, datado, assinado e carimbado pelo responsável legal.
- 4.5 A não apresentação da referida credencial resultará na impossibilidade de participação do certame.
- 4.6 Após o último participante presente ser credenciado, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

V - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (**Anexo IV**), deverá ser apresentada fora do Envelope nº 1.





5.2 - Não serão aceitas as propostas dos licitantes que não apresentarem a declaração referida no subitem acima.

VI - DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados no ato do credenciamento, acompanhados da declaração prevista no subitem 5.1, simultaneamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 01 - Proposta

Pregão nº 044/2017 Processo nº 9307/2016 Nome completo e endereço do licitante CNPJ:

Envelope nº 02 - Habilitação

Pregão nº 044/2017 Processo nº 9307/2016 Nome completo e endereço do licitante CNPJ:

- 6.2 A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou por seu procurador, juntando-se cópia da procuração;
- 6.3 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.
- 6.4 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da certidão de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte emitida pela respectiva Junta Comercial, para fins de habilitação, deverá informar na proposta inicial de preço, o seu regime de tributação para valer o direito de prioridade no desempate (artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, 14 de dezembro de 2006), sob pena do licitante enquadrado nessa situação não utilizar o direito e tais benefícios.

VII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE № 01- PROPOSTA DE PREÇO

- 7.1 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
 - a) Nome, endereço, CNPJ
 - b) Número do processo e do Pregão;
 - c) Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação bem como marca do produto, em conformidade com as especificações do anexo II deste Edital;





- d) Preço unitário, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurados à data do orçamento, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- e) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias.
- 7.2 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 7.3 O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável, dentro do prazo de validade da proposta.
- 7.4 Somente serão considerados os terceiros dígitos na casa dos centavos nas propostas cujos valores sejam inferiores a R\$ 0,01 (um centavo), e no cálculo do valor global de cada item somente serão consideradas duas casas decimais para efeito de julgamento.

VIII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

8.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados preferencialmente em ordem sequencial os quais dizem respeito a:

8.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de Identidade dos Sócios
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.
- d) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "c", deste subitem.
- e) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- f) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.





- 8.1.1.2 Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 8.1.1 não precisarão constar do "envelope documentos de habilitação", caso tenham sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.
- 8.1.1.3 Certidão Simplificada, expedida pela respectiva junta Comercial de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (somente para as empresas cadastradas como tais e que assim declararem na proposta de preços para obter os benefícios da Lei Complementar 123/2006), com data de expedição não superior a 120 (cento e vinte) dias de realização do Pregão.

8.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. (Art. 29, II da Lei Federal 8666/93);
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (abrangendo a Seguridade Social), Estadual e Municipal, (todas da sede do licitante) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos. (Art. 29, III e IV da Lei Federal 8666/93);
- d) Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado;
- e) Comprovação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho por meio de Certidão Negativa de Débito Trabalhista ou por meio da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, quando verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente, segundo o disposto no § 2° do art. 642-A, Título VII-A da CLT (alterada pela Lei Federal n° 12.440/11), e Certidão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Art. 29, IV e V da Lei Federal 8666/93);
- f) Declaração formal do representante legal da licitante, de que a empresa cumpre a legislação, não praticando ilícitos trabalhistas em face de trabalhadores menores, em obediência a Lei nº 9.854/99, e proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e de qualquer trabalho a menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Anexo VIII);
- g) Para efeitos deste item, serão aceitas as Certidões Positivas com efeitos de Negativas, na forma do art. 206 Código Tributário Nacional CTN;
- h) No caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública,





para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado (s) ou certidão (ões), em nome da licitante, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento anterior do objeto licitado, em qualquer quantidade;

8.1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta o qual deverá apresentar Índice de Liquidez Geral (ILG), Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Solvência Geral (SG) igual ou maior do que 1 (um), calculados pelo licitante e confirmados pelo responsável da contabilidade mediante assinatura e a indicação de seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, através das seguintes fórmulas:

II G =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	>= 1
120 -	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	7-1
II C -	ATIVO CIRCULANTE	>= 1
ILC =	PASSIVO CIRCULANTE	>= 1
SG=	ATIVO TOTAL	>= 1
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	, – 1

- b- Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômica financeira por meio de balancetes mensais, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.541/92.
- c- As empresas que apresentarem resultado menor que 1,00 (um) em quaisquer dos índices apurados, deverão comprovar, para fins de habilitação, ter capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação, de acordo com os parágrafos 2º e 3º do art. 31 da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ainda, ser solicitada prestação de garantia, na forma do parágrafo 1º do artigo 56, do mesmo diploma legal, para fins de contratação.





- d- Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver índice de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral, iguais ou superiores a 1,00 (um), conforme modelo em anexo, ou não puder comprovar a disponibilidade de capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.
- e- Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas;

8.1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração – (Anexo VI).

IX - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 9.1 No horário e local indicados no preâmbulo do presente edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 9.2 Após os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no **Anexo IV** deste Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 9.2.1 Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão.
- 9.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
 - a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
 - b) Que apresentem oferta de vantagens não previstas neste Edital.
 - c) As propostas que apresentem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.
 - d) Que apresentarem preços unitários e/ou globais superiores aos expostos na Planilha de Composição de Preços, anexo II deste edital.
 - e) Serão inexequíveis, aqueles que não demonstram viabilidade através de documentação, comprovando que os custos dos materiais ou dos serviços são coerentes com os de mercado ou com a execução do objeto do contrato, bem como aqueles que não atenderem o parágrafo terceiro do artigo 44 da Lei Federal 8.666/93.





- 9.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado. Havendo divergência entre o valor unitário e total, serão tomados como corretos os preços unitários, sendo estes considerados para apuração do valor da proposta.
- 9.3.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 9.4 As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances verbais e sucessivos, com observância dos seguintes critérios:
 - a) Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
 - b) Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 9.4.1 Para efeito de seleção será considerado o preço por Item.
- 9.5 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 9.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 9.6 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
- 9.7 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, exceto a de lance de menor valor.
- 9.8 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas na ordem crescente dos valores, com indicação da proposta de menor preço global.
- 9.9 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 9.10 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 9.10.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.





- 9.11 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 9.12 Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será declarado vencedor do certame.
- 9.13 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 9.14 Verificando-se no curso da análise o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
- 9.15 O critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48, da lei 9.648 de 1998.

X - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

- 10.1 Via de Regra, no caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 10.2 No caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entender-se-á como empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço ofertado por empresa que não seja ME ou EPP (Art. 44 § 2º da Lei Federal nº 123/2006).
- 10.3 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor (Art. 45, Inc. I da Lei Federal nº 123/2006).
- 10.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta (Art. 45, Inc. III da Lei Federal nº 123/2006).

XI - DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

11.1 - Declarado vencedor, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.





- 11.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao vencedor;
- 11.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão e encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;
- 11.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento;
- 11.5 O recurso terá efeito suspensivo apenas ao item em questão e o seu acolhimento importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.6 A adjudicação será feita pelo valor global, conforme disposição em mapa de julgamento que integrará a ata de julgamento.

XII – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1 - O contrato terá vigência de até 30 (trinta) dias, a contar da entrega da ordem de fornecimento, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei Federal 8.666/93.

XIII - DAS CONDIÇÕES DE LOCAL E DE ENTREGA DO OBJETO

- 13.1 Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pelo recebimento, emitido pela Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento.
- 13.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- c) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- d) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.





- 13.3 Executado o contrato, o objeto será recebido:
- 13.3.1 O recebimento do objeto dar-se-á:
- a) provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, após verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação de 15 (quinze) dias, e verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;
- 13.4 Os materiais deverão ser entregues dentro do prazo de validade, correndo por conta da empresa vencedora, toda despesa necessária à satisfação do fornecimento dos materiais, de boa qualidade.

XIV - DA CONTRATAÇÃO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 14.1 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará ao Setor de Almoxarifado, da Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento, sito à Rua Agenor Beltrão, nº 259 Centro São Pedro da Aldeia/RJ, a respectiva nota fiscal/fatura devidamente atestada pela Secretaria responsável, em 03 vias, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento.
- 14.2 Os pagamentos serão efetuados pela PMSPA, através da conta corrente da empresa, pelo setor de Tesouraria, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento dos materiais.
- 14.3 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.
- 14.4 O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco correspondente.
- 14.5 O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização para atestação e, após, protocolizado na Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento. Verificados erros no preenchimento da nota fiscal/fatura, será fixado novo prazo de até 30 (trinta) dias, que será contado a partir da nova apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente corrigida.





XV - DO CRITÉRIO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA, A PENALIZAÇÃO POR EVENTUAL ATRASO E OS DESCONTOS PELA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO.

- 15.1 O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, e desde que este atraso decorra de culpa da prefeitura, o valor devido será acrescido de 0,1 % (um décimo por cento) à título de multa, além da incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado "pro rata die" entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento, e a data do efetivo pagamento.
- 15.2 O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado "*pro rata die*" entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento.

XVI – DA REVISÃO E REAJUSTE

- 16.1 A revisão do contrato obedecerá aos critérios previstos pela Lei Federal nº 8.666/93, assegurando-se aos Contratantes o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 16.2 O critério de reajuste obedecerá o índice do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), ou outro oficial do governo, desde a data prevista para apresentação da proposta com periodicidade anual.

XVII - DA RESCISÃO

- 17.1 O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal 8.666/93.
- 17.2 Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 80, incisos I a IV, parágrafo 1º a 4º, da Lei citada.

XVIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:
 - I Advertência;
 - II Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;





- III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.2 A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 18.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.4 - A penalidade por multa será:

- I de 20% (vinte por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- II de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- III de 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.
- 18.5 O valor da multa aplicada deverá ser recolhida à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.
- 18.6 O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) A contratante se obriga a proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/93.
- **b)** Fiscalizar e acompanhar as entregas dos materiais, através de servidor especialmente designado.
- **c)** Comunicar a contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o material fornecido, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- **d)** Providenciar os pagamentos das notas fiscais / fatura devidamente atestadas, nos prazos fixados.





- e) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- f) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- g) Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário.
- h) Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência.

II - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Manter durante o período de execução as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Estadual, e Municipal, apresentando os respectivos comprovantes, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.
- **b)** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.
- c) Responsabilizar-se em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA.
- d) Responder por todos os pagamentos de impostos, taxas, contribuições fiscais, empréstimos compulsórios, tarifas, licenças concedidas pelo Poder Público e ou obrigações concernentes à Legislação Social, trabalhista, fiscal, securitário e previdenciário para com seus empregados, inclusive acidente de trabalho.
- e) Submeter à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel consecução do objeto deste contrato.
- **f)** Executar o fornecimento conforme as condições impostas pela Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento.
- **g)** Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo procedência e prazo de garantia.
- h) Os materiais devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- i) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).
- j) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto com avarias ou defeitos.
- **k)** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.





- I) Comunicar à Administração no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- **m)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- n) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
- o) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- **p)** Designar preposto para assistir o fiscal do contrato.
- q) Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência.

XX - DA FISCALIZAÇÃO

- 20.1 O objeto da licitação será acompanhado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA e fiscalizado por servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento conforme o caso, que determinará o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos.
- 20.2 À fiscalização ficam reservados o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no presente, e, em tudo o mais referente à aquisição dos produtos, desde que não acarrete ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA ou modificação do Termo.
- 20.3 A Contratada submeterá a todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotado obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias para execução da entrega.
- 20.4 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada em relação à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA e a terceiros.

XXI - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

21.1 - Aplica-se ao edital e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 8666/93, bem como as demais legislações pertinentes.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.





- 22.2 Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes, as recusas ou impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 22.3 Todos os documentos de habilitação e propostas, cujos envelopes forem abertos na sessão serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.
- 22.4 Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 22.5 A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas.
- 22.6 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 22.7 É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 22.8 Fica assegurado ao pregoeiro o direito de no interesse da Administração anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes na forma da legislação em vigor.
- 22.9 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
- 22.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente;
- 22.11 O Edital e seus anexos, inclusive o projeto básico, poderão ser examinados e adquiridos no Departamento de Licitações e Compras (DELIC) na sede da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, situada a Rua Marques da Cruz, nº 61, Centro, São Pedro da Aldeia RJ, no horário das 09:00 às 17:00 horas.
- 22.12 Quaisquer dúvidas relativas à presente licitação serão dirimidas pelo Pregoeiro, na Sala da Comissão Permanente de Licitações na rua Marques da Cruz, nº 61 Centro São Pedro da Aldeia RJ, no horário das 09:00 às 17:00 horas, podendo os interessados solicitar informações ou retirar dúvidas mediante telefone nº (022) 2621-7098 e e-mail: compras@pmspa.rj.gov.br.

XXIII - DO PRAZO DA ASSINATURA DO CONTRATO

23.1 - O Prazo da Assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de emissão da Nota de Empenho, conforme previsto no art. 64 da Lei Federal 8.666/93.





XXIV – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

24.1 - A entrega única do objeto é de até 30 (trinta) dias, a partir da entrega da ordem de fornecimento, feita de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento.

XXV – DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO

25.1 – A execução do contrato será de até 30 (trinta) dias, a partir da entrega da ordem de fornecimento.

XXVI – DA FORMA DE FORNECIMENTO

- 26.1 O material será entregue em seu quantitativo total, mediante ordem de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento.
- 26.2 O material será entregue no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento, localizado na Rua Agenor Beltrão, 259 Porto da Aldeia São Pedro da Aldeia RJ, de segunda-feira a sexta-feira no horário de 10:00 h as 16:00 h.

XXVII – DO FORO

27.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São Pedro da Aldeia – RJ.

XXVIII - INTEGRAM O PRESENTE EDITAL OS RESPECTIVOS ANEXOS:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Planilha de Composição de Preços
Anexo III	Carta de Credenciamento
Anexo IV	Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação
Anexo V	Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo
Anexo VI	Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração
Anexo VII	Análise Econômico-Financeira
Anexo VIII	Declaração de que a empresa não possui menores de idade no seu quadro funcional
Anexo IX	Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
Anexo X	Minuta do Contrato
Anexo XI	Cronograma Mensal de Desembolso e Cronograma de Desembolso Máximo

Paulo Souza de Oliveira Junior

Elaborador

São Pedro da Aldeia, 31 de outubro de 2017

Elaborado por Paulo Oliveira (t)





ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA





ANEXO II

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS





ANEXO III

(Papel timbrado da Empresa) (Modelo)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

A Empresa, sediada à Rua (Av., Al., etc.),
sidade, estado, inscrita no CNPJ sob nº, por seu
diretor (sócio gerente, proprietário), através da presente credenciamento, constitui, para
os fins de representação perante aos procedimentos do Pregão Presencial Nº 044/2017,
ealizado pelo Município de São Pedro da Aldeia, RJ, o(a) Sr. (a.)
, portador(a) da cédula de identidade (ou outro tipo de
documento de identificação) RG nº, com amplos poderes de
decisão, podendo, para tanto, interpor e renunciar a recursos, prestar esclarecimentos,
eceber notificações e intimações, em nome desta empresa defender seus direitos.
Localidade, emdede 2017.
Localidade, emdede 2017.
Assinatura do representante legal e o
Carimbo do CNPJ da empresa





ANEXO IV

(Papel timbrado da Empresa) (Modelo)

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À PREFEITUA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA Rua Marques da Cruz – nº 61 – Centro - São Pedro da Aldeia – RJ.

Ref. ao Pregão Presencial Nº 044/2017

DECLARAMOS ter conhecimento do Edital do Pregão Presencial Nº 044/2017 que atendemos plenamente todos os requisitos e condições de habilitação desta licitação, não havendo nada que nos desabone.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Local e data

Carimbo da Empresa Assinatura do Representante Legal





ANEXO V

(Papel timbrado da empresa) (Modelo)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À PREFEITUA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA Rua Marques da Cruz – nº 61 – Centro – São Pedro da Aldeia - RJ

Ref. ao Pregão Presencial Nº 044/2017

DECLARAMOS conhecer e aceitar as condições constantes do Edital em referência e seus anexos, bem como a Lei Federal nº 8.666 de1993 e suas alterações de 08.06.94, Lei Estadual nº 6.544 de 22.11.89 e legislação pertinente.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

(Local e Data)

Carimbo da Empresa Assinatura o Representante Legal





ANEXO VI

(Papel timbrado da Empresa) (Modelo)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM ADMINISTRAÇÃO

A firma / Empresa		,Sediada na ri	ua
	,nº	,(cidad	le)
(estado), inscrita no Cadastro Nac	ional de Pessoa Jurídica (C.	N.P.J) sob nºp	or
seu representante legal (Diretor ge		•	
lei, que não está sujeita a qualqu	uer impedimento legal para	licitar ou contratar com	а
Administração, ciente da obrigato	riedade de declarar ocorrênc	cias posteriores.	
,de _		_de	
Assina	tura do representante legal		





ANEXO VII

(Papel timbrado da Empresa) (Modelo)

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: liquidez corrente - ILC, de liquidez geral - ILG e solvência geral - SG.

ILC= Ativo Circulante
Passivo Circulante
ILG= Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo
r deente en ediame (1) Exigiter à Eenige 1 raie
SG= Ativo Total
Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Índice de Liquidez corrente	Índice igual ou maior que 1,00
Índice de Liquidez geral	índice igual ou maior que 1,00
Solvência geral	índice igual ou maior que 1,00





ANEXO VIII

(Papel timbrado da Empresa) (Modelo)

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO POSSUI MENORES DE IDADE NO SEU QUADRO FUNCIONAL

O(A) empresa	, inscrita no CNPJ
n ⁰	, sediada na
	, DECLARA que não possui no seu
noturno, perigoso ou insalubre e menor trabalho, salvo na condição de aprendiz,	nor de 18(dezoito) anos atuando em trabalho de 16(dezesseis) anos atuando em qualquer a partir de 14(quatorze) anos, em cumprimento a Constituição Federal, conforme determina o
Local e Data	
(Assinatura e Carimbo do Declarante)	





ANEXO IX

(Papel timbrado da Empresa) (Modelo)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: Pregão Presencial Nº 044/2017

inscrita no CNPJ no, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de Identidade no, e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no subitem 6.4 do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:
() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
(data)





ANEXO X

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 9307/2016
CONTRATO Nº/2017
Por este Termo de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA , neste ato representado pela Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento xxxxxxxxxx, xxxxxxxxx, xxxxxxxxx, portadora da Carteira De Identidade Nº xxxxxxxxxxxxx E CPF Nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
o nº, tem como representante legal Senhor
o nº, tem como representante legal Senhor, portador da carteira de identidade nº, e do CPF sob o nº, doravante simplesmente designada como CONTRATADA, têm entre si, justo e contratado o que se segue, que mutuamente aceitem e se obrigam a cumprir mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas, a saber:
CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO: A CONTRATADA, vencedora da Licitação pelo regime de execução de empreitada por preço unitário, pelo critério de julgamento do tipo menor preço por item, referente ao PREGÃO Presencial Nº 044/2017, obriga-se ao fornecimento de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CLÁUSULA SEGUNDA- DO VALOR DO CONTRATO: O valor global deste contrato é de R\$ xxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
<u>CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO:</u> Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará ao Setor de Almoxarifado, da Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento, sito à Rua Agenor Beltrão, nº 259 — Porto da Aldeia — São Pedro da Aldeia/RJ, a respectiva nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, em 03 vias, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento.
Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados pela PMSPA, através da conta corrente da empresa, pelo setor de Tesouraria, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento do material.
Parágrafo Segundo - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão

Parágrafo Terceiro - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco correspondente.

devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo começará a

fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.





Parágrafo Quarto - O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização para atestação e, após, protocolizado na Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento. Verificados erros no preenchimento da nota fiscal/fatura, será fixado novo prazo de até 30 (trinta) dias, que será contado a partir da nova apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente corrigida.

Parágrafo Quinto — O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, e desde que este atraso decorra de culpa da prefeitura, o valor devido será acrescido de 0,1 % (um décimo por cento) à título de multa, além da incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado "pro rata die" entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento, e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado "*pro rata die*" entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento.

CLAUSULA QUARTA – DA REVISÃO E REAJUSTE

Parágrafo Primeiro - A revisão do contrato obedecerá aos critérios previstos pela Lei Federal nº 8.666/93, assegurando-se aos Contratantes o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Segundo - O critério de reajuste obedecerá ao índice do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), ou outro oficial do governo, desde a data prevista para apresentação da proposta com periodicidade anual.

<u>CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>: Os preços apresentados terão os seus valores em reais e ocorrerá pela Dotação: 160000181220011752103 – 160000181220011752103 – elemento de despesa: 3390309900 - 4490529900 - ficha: 522 - 528, da Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento.

<u>CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO</u>: Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pelo recebimento, emitido pela Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento.

Parágrafo Primeiro - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- c) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;





d) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

Parágrafo Segundo - Em se tratando do fornecimento de material o recebimento do objeto dar-se:

- a) provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, após verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação de 15 (quinze) dias, e verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

Parágrafo Terceiro - Os materiais deverão ser entregues dentro do prazo de validade, correndo por conta da empresa vencedora, toda despesa necessária à satisfação do fornecimento dos produtos, de boa qualidade conforme o Termo de Referência.

<u>CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA:</u> Este contrato terá vigência de até 30 (trinta) dias, a contar da entrega da ordem de fornecimento, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Parágrafo Primeiro - O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 80, incisos I a IV, parágrafo 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:

I – Advertência;

- II Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;
- III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.





Parágrafo Primeiro - A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Terceiro - A penalidade por multa será:

- I de 20% (vinte por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- II de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- III de 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

Parágrafo Quarto - O valor da multa aplicada deverá ser recolhida à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

Parágrafo Quinto - O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) A contratante se obriga a proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/93.
- **b)** Fiscalizar e acompanhar as entregas dos materiais, através de servidor especialmente designado.
- c) Comunicar a contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o material fornecido, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- **d)** Providenciar os pagamentos das notas fiscais / fatura devidamente atestadas, nos prazos fixados.
- e) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- f) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- g) Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário.
- h) Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência.





II – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Manter durante o período de execução as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Estadual, e Municipal, apresentando os respectivos comprovantes, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.
- **b)** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.
- c) Responsabilizar-se em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA.
- d) Responder por todos os pagamentos de impostos, taxas, contribuições fiscais, empréstimos compulsórios, tarifas, licenças concedidas pelo Poder Público e ou obrigações concernentes à Legislação Social, trabalhista, fiscal, securitário e previdenciário para com seus empregados, inclusive acidente de trabalho.
- **e)** Submeter à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel consecução do objeto deste contrato.
- f) Executar o fornecimento conforme as condições impostas pela Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento.
- **g)** Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo procedência e prazo de garantia.
- h) Os materiais devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- i) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).
- j) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto com avarias ou defeitos.
- **k)** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- I) Comunicar à Administração no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- **m)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- n) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.





- o) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- **p)** Designar preposto para assistir o fiscal do contrato.
- **q)** Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO</u>: O objeto da licitação será acompanhado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA e fiscalizado por servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento, conforme o caso, que determinará o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos.

Parágrafo Primeiro - À fiscalização ficam reservados o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no presente, e, em tudo o mais referente à aquisição dos produtos, desde que não acarrete ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA ou modificação do Termo.

Parágrafo Segundo - A Contratada submeterá a todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotado obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias para execução da entrega.

Parágrafo Terceiro - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada em relação à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA e a terceiros.

<u>CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO:</u> A entrega única do objeto é de até 30 (trinta) dias, a partir da entrega da ordem de fornecimento, feita de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento.

<u>CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DO CONTRATO:</u> A conclusão do contrato será de até 30 (trinta) dias, a partir da entrega da ordem de fornecimento.

CLAUSULA DECIMA QUARTA - DA FORMA DE FORNECIMENTO:

Parágrafo Primeiro - O material será entregue em seu quantitativo total, mediante ordem de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento.

Parágrafo Segundo - O material será entregue no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento, localizado na Rua Agenor Beltrão, 259 — Porto da Aldeia — São Pedro da Aldeia - RJ, de segunda-feira a sexta-feira no horário de 10:00 h as 16:00 h.





<u>CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:</u> O regime de execução deste contrato é de empreitada por preço unitário, pelo critério de julgamento do tipo menor preço por item.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:</u> Aplica-se a este contrato e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 8666/93, bem como as demais legislações pertinentes.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO</u>: Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São Pedro da Aldeia – RJ.

Por estarem assim justos e contratados, fizeram as partes este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, que vão assinados na presença de testemunhas a tudo presente.

dΔ

oue i ouie da i ildoia, do	
CONTRATANTE	CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	

São Pedro da Aldeia

de 2017





ANEXO XI

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MAXIMO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE AMBIENTE, LAGOA, PESCA E SANEAMENTO



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - COMPRAS

1. OBJETO:

Aquisição dos seguintes produtos, 10 (dez) Bonés, 20 (vinte) Camisetas básicas, 10 (dez) Gandolas camuflado, 10 (dez) Calças camuflado, 01 (um) Cambão retrátil, 10 (dez) Cintos em nylon, 10 (dez) Cintos guarnição tático, 02 (dois) Computadores, 10 (dez) Pares de coturno, 01 (uma) Impressora multifuncional, 01 (uma) Mochila flexível Anti-incêndio, 05 (cinco) Respiradores reutilizável semifacial, 10 (dez) Refis filtro para respiradores semifacial, 01 (um) Nobreak, demais especificações dos produtos em anexo.

2. JUSTIFICATIVA:

A presente aquisição se faz necessário para melhorar à atuação do Grupamento Ambiental de São Pedro da Aldeia - RJ, tendo em vista que o Município de São Pedro da Aldeia com seu Patrimônio Ambiental, ou seja, Ecossistemas, Biomas, Matas Ciliares, Unidades de Conservação, Parque Natural Municipal da Mata Atlântica, conforme descrições: Parque Natural Municipal da Mata Atlântica Aldeense (Decreto nº 116 de 09/2013), APA da Serra de Sapiatiba (Decreto nº 41730 de 03/2009) e que necessitam de uma preservação, proteção e fiscalização. Visando à conservação e à fiscalização efetiva destas áreas (de acordo com a Lei nº 9.605 de 02/1998), o que torna imprescindível a sua proteção e conforme Decreto nº 46 (criação do Grupamento Ambiental) e Decreto nº 47 de 03/2013 da regulamentação do Grupamento Ambiental formado através da capacitação de membros da Guarda Municipal. para uma garantia de um desenvolvimento sustentável no policiamento, patrulhamento e investigação, a fim de auxiliar na prevenção e repressão de crimes ambientais, bem como demais ações de segurança pública em conformidade com a legislação, no auxílio a outros Orgãos Ambientais, visto que, a atuação é de coibir os crimes que causam sequelas irreversíveis à fauna, à flora, em fim ao meio ambiente e à vida humana, onde todos têm direito a um ambiente sadio. A fiscalização ambiental é um poder e dever do Município, que tem como objetivo cumprir sua missão institucional de controle da poluição, dos recursos hídricos e florestais, mediante a adoção de medidas cautelares, lavratura de Autos de Constatação, Relatórios, Notificações, Embargos e Multas. Esses equipamentos e materiais serão de grande uso pelo Grupamento Ambiental de São Pedro da Aldeia no policiamento, patrulhamento e investigação de crimes ambientais. As atribuições do Grupamento Ambiental são; patrulhar, proteger, e fiscalizar as áreas de preservação ambiental do Município, visando impedir ações depredatórias, ocupações irregulares, bem como proceder à realização de apuração de denúncias oriundas da população visando prevenir a ocorrência de qualquer ilícito penal contra o Meio Ambiente, dentro dos limites do território municipal, fiscalizar índices de poluição industrial e sonora, áreas e acões de desmatamento, animais em situação de cativeiro e maus tratos, colaborar quando solicitada com os demais órgãos públicos e organizações não governamentais em atividades de proteção ao meio ambiente. Para que o Grupamento





Ambiental do Município de São Pedro da Aldeia tenha um bom desempenho destes trabalhos necessitam de estruturas, tais como equipamentos e materiais solicitados. Visando à conservação e à fiscalização efetiva das áreas de proteção ambientais, onde as atividades de utilização, perseguição, caça, apanha ou introdução de espécimes na fauna e flora silvestre e doméstica, bem como modificações do meio ambiente a qualquer título, são proibidas em conformidade com as Leis de proteção ambientais, o que torna imprescindível a sua proteção, visto que esses equipamentos e materiais serão de grande uso pelo Grupamento Ambiental, aumentando ainda mais o desempenho do trabalho e garantindo ainda mais um desenvolvimento sustentável no policiamento, patrulhamento e investigação. A fim de auxiliar na prevenção e repressão de crimes ambientais, bem como demais ações de segurança pública em conformidade com a Legislação, no auxílio a outros Órgãos Ambientais, visto que, a atuação é de coibir os crimes que causam sequelas irreversíveis à fauna, à flora, em fim ao meio ambiente e à vida humana, onde todos têm direito a um ambiente sadio. O patrulhamento ambiental é feito 24 horas por dia, 7 dias por semana e inclui patrulhamento de próprios municipais, áreas ambientais, vias públicas e periferia, extensão da orla da Lagoa de Araruama e a Lagoa. Para o melhoramento e ampliação dessas ações, se faz necessário à aquisição desses equipamentos e materiais para ampliar em ainda mais o serviço de patrulhamento do Grupamento Ambiental. Resultado esperado: aumentar a frequência de patrulhamentos em próprios municipais, obter maior eficiência nas aplicações da Legislação Ambiental e transparência nas ações da fiscalização, o que, como consequência, resultará em maior proteção e recuperação efetiva do meio ambiente, proporcionando melhores condições de trabalho aos Guardas Ambientais com os equipamentos e materiais adquiridos. Os equipamentos e materiais serão adquiridos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento e destinados ao Grupamento Ambiental de São Pedro da Aldeia para serem usados na fiscalização, proteção, prevenção e repressão de crimes ambientais. apoio aos Guardas Parque (INEA), demais Órgãos Ambientais e dos Serviços da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento.

3. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTOS:

Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado Central, na Rua Agenor Beltrão, 259 - Porto da Aldeia - SPA, no horário das **10:00** horas às **16:00** horas. O fornecimento será efetuado em remessa única, com prazo de entrega não superior a **30** (trinta) dias.

4. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

Os produtos serão armazenados no Setor Grupamento Ambiental em local arejado e sem umidade, observando o quantitativo máximo de empilhamento do produto.

Os produtos serão armazenados no Setor do Grupamento Ambiental, que atenderá aos requisitos de armazenagem e empilhamento dos bens.

5. TÉCNICAS QUANTITATIVAS





A quantidade solicitada foi baseada, considerando a demanda do Setor Grupamento Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento como indicado a seguir:

Setor	Demanda 2016	Previsão 2017
Grupamento Ambiental	Não houve	14
Total	Não houve	14

6. DESTINAÇÃO DOS BENS:

Os bens serão adquiridos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento. Os bens permanentes, assim como os demais bens serão destinados ao Grupamento Ambiental.

7. RECEBIMENTO DOS BENS:

Os bens serão recebidos:

Provisoriamente, pelo Setor Almoxarifado Central a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

Definitivamente, pelo Grupamento Ambiental após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada obriga-se a:

Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;





Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **15** (quinze) dias o produto com avarias ou defeitos;

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Designar preposto para assistir o fiscal do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A Contratante obriga-se a:

Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos:

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento no prazo previsto.





10. CONTROLE DA EXECUÇÃO:

A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A sanção a serem aplicadas pela Administração é de em que casos de atraso injustificado na execução do contrato e o não cumprimento do prazo de entrega do produto injustificado por escrito, serão aplicados as sansões administrativas conforme o Artigo n. 87 da Lei n. 8666/93; Advertência com prazo máximo de resposta de 05 (cinco) dias uteis a contar da data do recebimento da advertência, Multa diária, Suspensão temporário de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por um prazo de 02 (anos), publicação da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública.

LIANE DE OLIVEIRA MARTINS
SERVIDOR RESPONSÁVEL

São Pedro da Aldeia, 22 de setembro de 2017.

BONÉ TACTEL MICROFIBRA







Camiseta Básica 100% Poli

GANDOLA CAMUFLADO URBANO RIP STOP



Calça Camuflado Urbano







CAMBÃO RETRÁTIL



Cinto em nylon preto





Cinto Guarnição Tático Militar Preto



Computador Completo com Monitor "



Coturno Tático



Impressora Multifuncional





Mochila Flexível Anti-incêndio – no mínimo 21 Litros



Respirador Reutilizável Semi facial



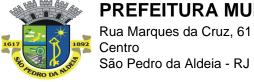
REFIL FILTRO PARA RESPIRADOR



Nobreak mínimo de 500Va



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALI



Anexo II - Planilha de Composição de Preços

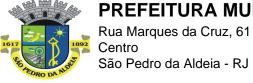
 Pregão:
 044/2017
 Processo Adm:
 9307/2016

 Data do Certame:
 21/11/2017
 Hora: 09:30

A presente aquisição de faz necessário para melhorar a atuação do grupamento ambiental de São Pedro da Aldeia - RJ.

			PREG <i>Â</i>	O PRESENCIAL
Item Produto	Und.	Qtd	Pr. Médio	Pr. Médio Total
BONÉ TACTEL MICROFIBRA, COR PRETA (COM BRASÕES, DO MUNICÍPIO E DO GRUPAMENTO AMBIENTAL - BORDADOS), COM REGULADOR EM TECIDO TACTEL E VELCRO, MEDIDAS DO BONÉ: TAMANHO M = 08, P=02. Descr:	UN	10,00	34,0850	340,85
2 CALÇA CAMUFLADO URBANO, (TAMANHOS: GG = 01, G= 04, M = 05) Descr: CALÇA CONFECCIONADA EM TECIDO RIP STOP COM 67% ALGODÃO E 33% POLIÉSTER. FECHAMENTO FRONTAL EM ZÍPER, SET E PASSANTES; FECHAMENTO EM BOTÃO COM CASEADO; DOIS BOLSOS FACA FRONTAIS; DOIS BOLSOS LATERAIS COM LAPEL A E FECHAMENTO EM VELCRO; DOIS BOLSOS TRASEIROS EMBUTIDOS COM LAPELA E FECHAMENTO EM VELCRO.	UN	10,00	138,9630	1.389,63
3 CAMBÃO RETRÁTIL VETERINÁRIO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO E CABO DE AÇO DE MÍNIMO 06mm Descr: REVESTIDO COM PLÁSTICO PARA GARANTIR A SUA SEGURANÇA AO CONTER ANIMAIS E GANCHO PEQUENO CONFECCIONAD O EM ALUMÍNIO LEVE E RESISTENTE.PONTA CURVADA, MANOPLA ANTIDERRAPANTE PARA O MANUSEIO DE SERPENTES. COM UMA ALÇA SUPER RESISTENTE E COM CABO DE AÇO MARÍTIMO NA PONTA, ALÉM DE NÃO ENFERRUJAR GARANTE UMA BOA S EGURANÇA NA HORA DE CONTER OU CAPTURAR DO ANIMAL. GANCHO PEQUENO CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO LEVE E RES ISTENTE, PONTA CURVADA, MANOPLA ANTIDERRAPANTE PARA O MANUSEIO DE SERPENTES. MEDIDA DO CAMBÃO: MÍNIMO D E 100CM A 150CM DE COMPRIMENTO; MEDIDA DO GANCHO: MÍNIMO DE 30CM	UN	1,00	491,7500	491,75
4 CAMISETA BÁSICA EM POLIÉSTER PRETA COM BRASÕES E DESCRIÇÕES EM SILK SCREEN Descr: (GRUPAMENTO AMBIENTAL - SÃO PEDRO DA ALDEIA-RJ, TAMANHOS: GG = 02, G = 08, M = 10)	UN	20,00	41,3830	827,66
5 CINTO DE GUARNIÇÃO, CONSTRUÍDO EM NYLON NA COR PRETA COM FIVELAS ABS E VELCRO PARA AJUSTAR O COMP RIMENTO DO CINTO TENDO A FIVELA DE LIBERAÇÃO RÁPIDA COM A FUNÇÃO QUICK-ON E QUICK-OFF. Descr:	UN	10,00	27,1500	271,50
6 CINTO TÁTICO FIVELA PRATA MÍNIMO 2 TRAVAS + PONTEIRA - COR PRETA Descr:	UN	10,00	45,1250	451,25
7 COMPUTADOR COM GABINETE PRETO E FONTE, PROCESSADOR QUAD-CORE, MEMÓRIA DDR3 MÍNIMO 4GB, HD MÍNIMO 1TB, PLACA MÃE, DVD-RW, TECLADO, MOUSE, MONITOR LED MÍNIMO 18.5" Descr:	UN	2,00	2.705,5880	5.411,18
8 COTURNO TÁTICO MILITAR, EM COURO BOX ALTO BRILHO; ALTURA DO CANO: MÍNIMO 24CM TOTAL; PALMINHA: REMOVÍ VEL EM P.U. GEL CONFORT ANATÔMICA; FORRAÇÃO: NYLON ANTI-CALOR; SOLADO: EM BORRACHA LEGÍTIMA; COLADO E COSTURADO EM TODO CABEDAL; Descr: RESISTENTE A ÁGUA EM CONDIÇÕES NORMAIS DE USO; PALMILHA MINIMO 15MM NA ALTURA DO CALCANHAR; COLARINHO TO DO ESPUMADO INTERNAMENTE; SOLADO RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS MÍNIMA (DE 1ºC ATE 300°C); COR: ALTO BRILH	PR	10,00	309,8600	3.098,60
O; TAMANHO: 43=03, 41=04, 40=01, 39=01, 37=01				

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALI



Anexo II - Planilha de Composição de Preços

 Pregão:
 044/2017
 Processo Adm:
 9307/2016

 Data do Certame:
 21/11/2017
 Hora: 09:30

A presente aquisição de faz necessário para melhorar a atuação do grupamento ambiental de São Pedro da Aldeia - RJ.

71 proc	cino aquisição de laz hicocssano para memorar a ataação do grapamento ambientar de odo r caro da Macia. No.			DDEO Ã	O DDECENCIAL
					O PRESENCIAL
Item	Produto	Und.	Qtd	Pr. Médio	Pr. Médio Total
9	GANDOLA CAMUFLADO URBANO RIP STOP (TAMANHO: GG =01, G=04, M=05) COM MANICACAS, BRASÕES, BANDEIRA DO MUNICÍPIO, LOGOMARCA DO MUNICÍPIO E TARJETA COM NOME, BORDADOS.	UN	10,00	152,7380	1.527,38
Desc	r:	_			
10 Desc	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK OU SIMILAR WI-FI COLORIDA r:	UN	1,00	1.313,6050	1.313,61
11 Desc	MOCHILA FLEXÍVEL ANTI CHAMAS, CONFECCIONADA EM MANTA DE PVC REPELENTE A CHAMAS, DE COR AMARELA E S OLDADA ELETRONICAMENTE. ALÇA DUPLA E FORMATO TIPO ENVELOPE, PROJETADO PARA FACILITAR O ABASTECIME NTO, PERMITINDO O POSICIONAMENTO DO BOCAL NA HORIZONTAL. POSSUI DOIS MOSQUETÕES NA CORREIA PARA A FIXAÇÃO DA BOMBA PERMITINDO O TRANSPORTE DA MOCHILA E DA BOMBA COM AS MÃOS LIVRES. TANQUE ERGONÔ MICO COM CAPACIDADE ÚTIL MINIMO DE 21 LITROS	UN	1,00	1.543,3330	1.543,33
		-			
12	NO BREAK MÍNIMO 500Va	UN	1,00	450,1830	450,18
Desc	r:				
13 Desc	REFIL PARA RESPIRADOR SEMIFACIAL r:	UN	10,00	167,3330	1.673,33
14 Desc	RESPIRADOR REUTILIZÁVEL SEMIFACIAL, PARA USO COM PRESSÃO POSITIVA r:	UN	5,00	316,0000	1.580,00

R\$20.370,25

Valor Global

Anexo III - Cronograma Mensal de Desembolso

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA Rua Marques da Cruz, 61

Centro

SãO PEDRO DA ALDEIA - RJ

CNPJ: 28.909.604/0001-74

Código	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1 - CÂMAF	1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA													
01.00.00	CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA	1.878.988,94	673.036,38	570.434,70	531.384,81	497.694,71	922.649,42	397,390,08	477.021,23	444.096,81	390.498,92	423.423,34	450.222,29	7.656.841,63
occomente entrente en Feler tel en Miller (Miller (1997) en Feler (1997) en Fe	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	1.878.988,94	673.036,38	570.434,70	531.384,81	497.694,71	922.649,42	397.390,08	477.021,23	444.096,81	390.498,92	423.423,34	450.222,29	7.656.841,63
2 - PREFE	ITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA AL	DEIA												
02.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.192,750,41	427.232,11	362,102,30	337.314,09	315.928,18	585.682,25	252.256,50	302.805,01	281.905,15	247.882,11	268.781,98	285.793,50	4.860.433,60
03.00.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	640.272,39	229.339,62	194.377,72	181.071,33	169.591,30	314.396,18	135.412,13	162.546,74	151.327,62	133.063,94	144.283,06	153.414,90	2,609.098,95
04.00.00	CONTROLADORIA GERAL	311,779,21	111,676,42	94.651,80	88,172,28	82.582,11	153.094,52	65.938,63	79.161,77	73,688,65	64.795,19	70,258,31	74.705,04	1,270.493,93
05,01,00	SUBSECRETARIA DE GOVERNO	626,128,45	224.273,39	190.083,82	177,071,37	165,844,94	307.451,01	132,420,81	158.956,00	147,984,72	130.124,50	141.095,78	150.025,89	2,551,460,69
05.02.00	SUBSECRETARIA DE TURISMO	226.671,99	81.191,80	68.814,44	64,103,65	60,039,44	111.303,89	47,939,19	57.545,50	53.573,66	47.107,87	51,079,71	54,312,61	923.683,76
05.03.00	SUBSECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	821.177,77	294.138,25	249.298,06	232.232,02	217.508,38	403.227,07	173,672,07	208.473,41	194.084,40	170.660,42	185.049,43	196.761,42	3.346.282,70
06,00,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	2.402.704,00	860.626,25	729.427,25	679.493,31	636.413,04	1.179.811,86	508.151,33	609.977,42	<i>5</i> 67.876,25	499.339,46	541.440,63	575,709,03	9.790.969,83
07.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E HABITAÇÃO	1.648,929,12	590.631,09	500.591,77	466.323,07	436,757,92	809,681,98	348.734,40	418,615,67	389,722,45	342.686,98	371.580,20	395,097,93	6,719,362,57
08.00.00	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	4,908,00	1,758,00	1.490,00	1.388,00	1.300,00	2.410,00	1.038,00	1,246,00	1,160,00	1.020,00	1.106,00	1.176,00	20,000,00
09.01.00	GESTÃO DA MDE - RECURSOS VINCULADOS	4,536,280,59	1,624.853,56	1.377.151,20	1.282.876,42	1.201.541,31	2.227.472,74	959.384,53	1,151,631,14	1.072.144,56	942.747,80	1.022.234,38	1.086.932,76	18.485.250,97
09.02.00	GESTÃO DA MDE - RECURSOS PRÓPRIOS	3.008.032,37	1,077.449,25	913.196,46	850.682,34	796.748,59	1.477.049,31	635.173,10	763.652,88	710.944,89	625.141,20	677.849,18	720.751,03	12.257.670,60
09.03.00	SUBSECRETARIA DE CULTURA	83.181,84	29.794,96	25.252,84	23.524,12	22.032,68	40.845,20	17.592,25	21.117,48	19.659,93	17.287,18	18,744,73	19.931,10	338.964,31
10,00,00	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	9.870,249,96	3.535.431,83	2.996.469,53	2,791.342,08	2,614.369,39	4.846.638,63	2,087,473,40	2.505.772,51	2.332.821,92	2.051.274,44	2,224,225,03	2,364,998,77	40.221.067,50
11.01.00	SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	919.587,42	329,387,67	279.173,85	260.062,62	243.574,50	451.549,65	194.484,87	233,456,79	217.343,4D	191.112,30	207.225,69	220.341,24	3,747,300,00
11.02.00	SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	163.710,50	68,639.58	49.700,21	46.297,92	43.362,60	80.387,59	34.623,37	41.561,39	38.692,78	34.022,97	36.891,57	39.226,48	667,116,97
12.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS	123,190,80	44.125,80	37.399,00	34,838,80	32,630,00	60.491,00	26.053,80	31.274,60	29,116,00	25.602,00	27,760,60	29,517,60	502.000,00
13.01.00	SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	569.958,68	204, 153,90	173.031,47	161,186,36	150,967,05	279.869,69	120.541,38	144,696,11	134,709,06	118.451,07	128.438,12	136,567,12	2.322.570,00
13.02.00	SUBSECRETARIA DE TRABALHO E RENDA	46.626,00	16,701,00	14,155,00	13.186,00	12.350,00	22,895,00	9,861,00	11.837,00	11,020,00	9,690,00	10.507,00	11.172,00	190.000,0D
14.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	4.005.364,40	1.434.684,31	1.215.972,48	1.132.731,41	1.060.915,59	1.966.774,29	847.100,29	1.015.846,79	946.663,14	832.410,69	902.594,34	959.720,56	16.321.778,31
15.00.00	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	212.486,41	76.110,66	64.507,90	60.091,92	56,282,06	104,338,27	44.939,05	53.944,19	50.220,91	44.159,77	47.883,04	50.913,61	865.877,79
16.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE, LAGOA, PESCA E SANEAMENTO	3.556,139,67	1,273,776,19	1.079.594,15	1.005.689,05	941.927,78	1,746.189,20	752.093,11	902,801,55	840.489,41	739.051,03	801.363,18	852,082,37	14,491,196,69
17.00.00	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	120,000,55	42,983,08	36.430,48	33.936,59	31,784,99	58,924,47	25.379,09	30.464,69	28.361,99	24.938,99	27.041,69	28.753,19	488,999,79
18.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA	1,638.059,06	586.737,53	497.291,77	463.248,98	433.878,72	804.344,40	345.435,47	415.856,07	387,153,32	340.427,92	369.130,67	392.493,37	6.675.057,28
20.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIREITOS HUMANOS	E 175.307,37	62.793,47	53,220,86	49.577,55	46.434,31	86.082,06	37.076,01	44.505,50	41,433,69	36,433,07	39.504,88	42,005,19	714.373,95

Modernização Pública e Informática Ltda







Anexo III - Cronograma Mensal de Desembolso

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA



Rua Marques da Cruz, 61 Centro SãO PEDRO DA ALDEIA - RJ CNPJ: 28,909.604/0001-74

Código	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	36,903.496,96	13.218.489,72	11,203,384,36	10.436.441,28	9.774.764,88	18.120.910,26	7,804,773,79	9,368.736,21	8.722.097,90	7,669,430,90	8.316.069,20	8.842.402,71 1	60.380.998,1
3 - INSTIT	UTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL													
19.00.00	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO PEDRO DA ALDEIA	6.742.658,44	2.415.157,61	2,046.976,58	1.906.847,99	1,785,952,73	3,310.881,59	1.426.014,56	1.711.767,00	1.593.619,35	1,401.285,98	1.519.433,63	1,615,600,31	27,476,195,7
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	6.742.658,44	2.415.157,61	2.046.976,58	1.906.847,99	1,785.952,73	3.310.881,59	1.426.014,56	1.711.767,00	1.593.619,35	1,401,285,98	1.519.433,63	1,615,600,31	27,476,195,7
4 - FUNDO	MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL													
21,00.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - RECURSOS VINCULADOS	249.787,95	89.471,72	75,832,12	70.640,93	66,162,25	122,654,64	52.828,01	63.413,97	59.037,09	51,911,92	56.288,81	59.851,39	1.017.880,6
28,00,00	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - RECURSOS PRÓPRIOS	930.593,07	333.329,79	282.515,01	263.175,06	246.489,61	456.953,81	195.812,47	236,250,81	219.944,57	193.399,54	209.705,77	222.978,29	3.792.147,
THE PROPERTY OF THE PROPERTY O	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	1.180.381,02	422.801,51	358.347,13	333.815,99	312.651,86	579.608,45	249,640,48	299.664,78	278.981,66	245.311,46	265.994,58	282.829,68	4.810.028,
0000000 2024 1799 199400000000	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	130,903,01	46,888,24	39,740,32	37.019,84	34.672,76	64.277,97	27,684,87	33.232,51	30.938,77	27.204,78	29.498,52	31,365,51	533,427
		130.903,01	46,888,24	39.740,32	37.019,84	34.672,76	64.277,97	27,684,87	33.232,51	30.938,77	27.204,78	29.498,52	31,365,51	533,427,
6 - FUNDO	D MUNICIPAL DE SAÚDE													•
23,00,00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS	864,310,70	309.588,06	262.392 ,61	244,430,16	228.933,15	424.406,84	182.794,32	219.423,62	204.278,81	179.624,47	194.769,28	207.096,45	3.522.048,
24.00.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	6.766.838,23	2.423.818,58	2,054.317,23	1,913.686,12	1.792,357,31	3,322,754,71	1.431.128,38	1.717.905,55	1.599.334,22	1,406.311,12	1.524.882,45	1,621,394,00	
25,00.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	2,922.117,34	1.046.675,28	887.113,86	826.385,26	773,991,96	1,434.862,02	618.002,81	741.841,53	690.638,98	607.286,00	658.488,54	700,165,03	11,907,568,
a a de la composition de la compositio	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	10.553.266,27	3.780.081,92	3.203.823,70	2.984.501,54	2.785.282,42	5.182.023,57	2.231.925,51	2.679.170,70	2.494.252,01	2.193.221,69	2.378.140,27	2.528.655,48	43.004.345
8 - FUNDO	O DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍ	PIO							٠					
26.00.00	FUNDO DA PROCURADORIA GERAL	50.307,00	18.019,50	15,272,50	14.227,00	13.325,00	24.702,50	10.639,60	12.771,50	11.890,00	10,455,00	11.336,50	12.054,00	205.000
AND	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	50.307,00	18.019,50	15.272,50	14.227,00	13.325,00	24.702,50	10.639,50	12.771,50	11.890,00	10.455,00	11.336,50	12.054,00	205.000
	ERAL DA DESPESA:	57.440.001.64	20,574,474,88	17,437,979,29	16,244,238,45	15.214.344.36	28,205,053,76	12.148.068,79	14,582,363,93	13,575,876,50	11.937,408,68	12,943,896,04	19,763,129,98	234,066.836
T() A1 /2	PRADITA DESERVA	2000 20000 2000 2000 2000 2000 2000 2000 2000 2000 2000 2000 2000 2000 2	0.3:	· Control of the cont	(XXXX) (XXX) (XXX) (XXX)	72.70002/ <u>Y</u> ==mn:1***	\$130:0:0:0000000000000000000000000000000	cocceanifica	occoggesanaan)	The state of the s		Hillinemosseritt	

Anexo III - Cronograma Mensal de Desembolso

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA Rua Marques da Cruz, 61

Rua Marques da Cruz, 61 Centro SãO PEDRO DA ALDEIA - RJ CNPJ: 28.909.604/0001-74

Código Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	o Dezembro	TOTAL
Audhan				- 4			ĺs (1)						
Seeneran'o de governo						Min	MP. O.		<u></u>	ر	P1007 120	MAN	
			São Pedro o	da Aldeia - R.	J, 02 de jan √\	eiro de 2017	전 12 ·			101	38C. 1 PM	SEV1917	



Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia

Estado do Rio de Janeiro



Secretaria Municipal de Ambiente, Lagoa, Pesca e Saneamento

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MÁXIMO

PROCESSO 9307/2017

REFERENCIA	1º MES
Total no mês:	20.370,25
% do valor total	100,00%
Total Acumulado:	20.370,25